



DISSONÂNCIA

Revista de Teoria Crítica

ISSN: 2594-5025

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Estadual de Campinas

www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica

Título Herbert Marcuse e os destinos da hipótese repressiva

Autor(a) Silvio Carneiro

Tradutor(a) -

Fonte Dossiê Herbert Marcuse, Parte 1 (*Dissonância: Revista de Teoria Crítica*, volume 2, número 1. 1, junho de 2018)

Como citar este artigo:

Carneiro, Silvio. “Herbert Marcuse e os destinos da hipótese repressiva”. *Dossiê Herbert Marcuse, Parte 1 (Dissonância: Revista de Teoria Crítica*, v. 2, n. 1.1), p. 150-175, junho de 2018.

HERBERT MARCUSE E OS DESTINOS DA HIPÓTESE REPRESSIVA

Silvio Carneiro

Universidade Federal do ABC

Resumo: O artigo pretende desenvolver a questão marcuseana sobre a repressão enquanto fator constitutivo da sociedade. Seria a dinâmica repressiva um fator presente na sociedade contemporânea? Uma questão difícil, dado que Foucault problematiza a hipótese repressiva enquanto dispositivo crítico dos modelos sociais da biopolítica. Para o autor, a denúncia do modelo repressivo da sociedade é insuficiente para pensar as dinâmicas contemporâneas de poder sobre a vida, mediante as quais se “faz viver e deixa-se morrer”. Exercício novo do regime de liberdades que deixa sob suspeita a denúncia da repressão, que fala contra o poder e promete o gozo. Mas, nos questionamos: no cenário contemporâneo, é possível abandonar este conceito? Ou a dinâmica repressiva assume novas formas e mecanismos? Para tanto, investigamos os desdobramentos da repressão no pensamento de Marcuse. Movimento que nos faz descobrir novos aspectos do problema, como a “dessublimação repressiva”. Ao fim, à luz da biopolítica, perguntamos: o que resta de repressivo?

Palavras-chave: Repressão, dessublimação repressiva, biopolítica, Marcuse, Foucault

HERBERT MARCUSE AND THE DESTINY OF THE REPRESSIVE HYPOTHESIS

Abstract: This paper discusses the Marcuse's proposition on repression as constitutive for the society. Would be the repressive relations a contemporary foundation of our society? That is a hard question if we note how Foucault criticizes the repressive hypothesis presented in *Eros and Civilization* as insufficient to think biopower and its rationality "to make live and to let die". A new regime that makes suspect the critique against repression, its discourses against power and its promises to enjoy. However, is it possible to abandon repression in the present context? Or the repressive dynamics assume new mechanisms and forms? Then, we will investigate the development of repression in Marcuse's works. In this sense, we will note new aspects of the problem, as the "repressive desublimation". On the biopolitical perspective, we ask then: what remains of the repressive relations?

Keywords: Repression, repressive desublimation, biopolitics, Marcuse, Foucault

“If the repressive institution is only
abolished negatively, without replacing it with
institutions promoting substantive freedoms, then
that repression will persist, as the legacy of
enslavement persists today.”

— Angela Y. Davis, *The Meaning of Freedom*

“Que sombrio te tornas se repito
O sinuoso caminho que persigo: um desejo
Sem dono, um adorar-te vívido mas livre.”

— Hilda Hilst, *Do desejo*

Compreender os mecanismos da repressão na sociedade contemporânea parece uma tarefa ainda a ser feita. Desde a *História da sexualidade* de Foucault, são frequentes as suspeitas sobre a hipótese repressiva da sociedade. Afinal de contas, “[i]nterdição, censura e negação são mesmo as formas pelas quais o poder se exerce de maneira geral, talvez em qualquer sociedade e, infalivelmente, na nossa?” (Foucault 1988: 15) Questão consonante, pois, com o diagnóstico de um novo contexto histórico-cultural em que a ética do trabalho e sua consequente repressão não participam necessariamente dos princípios normativos implícitos no constante convite ao gozo pelas mercadorias e demais exercícios do neoliberalismo, como a subjetividade forjada na “empresa de si mesmo” (Foucault 2008: 311).

Tal perspectiva, com efeito, suspeita da possibilidade utópica presente em *Eros e civilização*, como a “civilização não-repressiva” – hipótese marcuseana que tem em vistas a possibilidade de um desenvolvimento não-repressivo da libido sob as condições de uma

civilização tecnológica e culturalmente amadurecidas” (Marcuse 1966: 139). Para Marcuse, a utopia “não-repressiva” é o contraste com o nível de desenvolvimento das forças produtivas que, embora apresente fortes tendências emancipatórias, repõem sistemas obsoletos de dominação nas sociedades industriais. Exemplos máximos desse bloqueio emancipatório seriam campos de concentração como Auschwitz, bem como posteriormente, as guerras imperialistas contra o dito “Terceiro Mundo”, ou mesmo a censura soviética contra os protestos da antiga Iugoslávia. Tais modelos de controle social têm em comum o fato de excederem o grau de repressão necessária a toda formação social. Afinal de contas, não bastava o controle da população, mas o extermínio de toda uma geração. Tal excesso repressivo diluído na ordem social, *Eros e civilização* descreve como “relações mais-repressivas”, a saber: “controles adicionais” que excedem aqueles indispensáveis para a associação humana civilizada (Marcuse 1966: 37).

Contrariamente a tais instituições mais-repressivas de dominação, o filósofo constitui um paralelo crítico em vistas de uma civilização que as dispensasse. A linha de fuga, como bem nota Carnaúba, estaria na “reinvenção das necessidades” (Carnaúba 2017: 27). Remete aqui ao contraste promovido por Marcuse entre as “verdadeiras” e “falsas” necessidades. Isso não significa a aposta em uma ordem essencialmente verdadeira, livre de todos os bloqueios repressivos, como Bento Prado Jr. equivocadamente interpretou (Prado Jr. 1990). De outro modo, a marca das necessidades é historicamente manifesta na possibilidade de destruir ou desfrutar de algo de acordo com as instituições e os interesses predominantes em determinada sociedade. Se o modo de vida se estrutura a partir de relações repressivas – as quais, por sua vez, pagam as satisfações com a moeda da miséria – todo o

conjunto de necessidades vitais passa a ser cifrado pela força repressiva de uma ordem a ser preservada a todo o custo. A falsa necessidade é efeito da ordem social repressiva que institui o sofrimento social sob o mantra mítico de que “as coisas sempre foram assim”. Portanto, reinventar as necessidades, longe de ser a busca por uma “verdade essencial”, significa reverter o quadro repressivo das necessidades; pensá-las não mais como efeito da ordem estabelecida, mas como o “pré-requisito para *todas* as necessidades” (Marcuse 2015: 44). Significa compreender as necessidades em suas condições objetivas pelas quais organizamos nossas satisfações vitais. Isto é, mais do que relativizar as necessidades conforme as variações históricas e socioculturais, Marcuse procura perceber as contradições com os padrões predominantes. Reinventar as necessidades remete pois a um diagnóstico do presente, compreendendo suas lutas, impasses e contradições.

Assim, o passo utópico de *Eros e civilização* não está na abstração total de uma sociedade sem repressão, uma vez que esta participa em certo grau das necessidades vitais. Por isso, Marcuse “extrapola” o conceito freudiano e desenvolve a noção de “mais-repressão” (1966: 35). Com efeito, é possível dizer que a utopia da civilização “não-repressiva” poderia ser melhor compreendida se nomeada como “civilização não-mais-repressiva”; de modo que todo o esforço de *Eros e civilização* se dirige à construção da utopia do livre jogo das pulsões, determinante para a “reinvenção das necessidades”, capazes de alimentar o corpo social com as potencialidades eróticas sufocadas pela estrutura mais-repressiva do *status quo*.

Foucault contraria esquemas críticos como esse, e assim adverte sobre a hipótese repressiva. Para Foucault, a crítica contra

os aparatos repressivos ronda uma ilusão, ao invés de uma possibilidade emancipatória de transformação e resistência. Não porque não existam “interdições” nas relações sociais (em especial, no sexo), mas por fazer desta interdição “o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito sobre o sexo [e não apenas] a partir da Idade Moderna” (Foucault 1988: 17, colchetes nossos). Constitui-se, com efeito, a ilusão de um poder como uma substância, a ser recortada por um discurso de verdade. Nesse sentido, não estaria Marcuse apenas operando uma dicotomia da ordem do poder, entre o que reprime e o que liberta, entre verdadeiras e falsas necessidades à luz dos padrões predominantes, de modo a permanecer no círculo vicioso da crítica que apenas repõe o que deseja criticar? (Deleuze e Guattari 2010: 47).¹ Não há, de fato, na utopia marcuseana uma espécie de esperança baseada em uma liberdade “substancialmente” contrária à repressão? Não seria a necessidade verdadeira um efeito colateral do discurso repressivo que, por consequência, é repostado pela crítica que lhe é contrária? Pretensão marcante na formulação de *Eros e civilização*, segundo a qual a “história da humanidade é a história de sua repressão” (Marcuse 1966: 11). Como se, na busca por um oásis não-repressivo, a esperança marcuseana só avistasse as ruínas de uma sociedade repressiva, deixando de avistar os rastros do poder que faz da vida não mais o alvo a ser contido, mas a dinâmica que constitui subjetividades na dinâmica de seus dispositivos.²

1 Seria este livro fundamental para a recepção crítica pós-68 de Marcuse, influenciando Foucault que, muitas vezes reproduz a crítica de *Anti-Édipo* à psicanálise no primeiro volume de sua *História da sexualidade*.

2 Em sua análise das transformações históricas do sentido de utopia na obra de Marcuse, Carnaúba opera um singular exercício de leitura que auxilia nossa análise. Segundo a autora, o pensamento marcuseano sobre a utopia é alterado conforme o diagnóstico do tempo presente. *Eros e civilização* ocupa

Diante das lições biopolíticas de Foucault, no entanto, podemos encontrar ainda respostas marcuseanas ao destino da ordem repressiva da sociedade. É preciso reconhecer que, por mais que a ordem social esteja se encaminhando para um novo imperativo do gozo materialmente possível pela estrutura das sociedades de consumo, resta ainda a outra face em que um conceito de repressão ainda se manifesta. O próprio Foucault não é cego ao conteúdo repressivo da sociedade, quando em 1971 afirmava:

“A instituição prisão é, de longe, um *iceberg*. A parte aparente é a justificativa: ‘É preciso prisões porque há criminosos’. A parte escondida é a mais importante, o mais temível: a prisão é um instrumento de repressão social” (Foucault 2006: 9).

A base desse *iceberg* ainda carece de reflexão. Afinal, com a nova ordem social, o que resta de repressivo? Ora, a analítica foucaultiana do poder avança ao observar as relações de poder, deixando em segundo plano a repressão; mas não seria o caso de olhar a nova ordem do poder sob a ótica do que restou de repressivo – a profundidade do *iceberg*? Eis um elemento que pretendemos tratar nesse artigo.

Mais-repressão, um conceito abandonado

Por mais estranho que possa parecer, o primeiro a perceber os limites da hipótese repressiva seria o próprio Marcuse. Em seu

um segundo momento no *corpus* marcuseano, quando as estruturas repressivas vivenciadas no totalitarismo dos anos 1930 e 1940 são alteradas e o próprio lugar da utopia como operador da Teoria Crítica passa a ser repensado, conferindo novas luzes ao diagnóstico do presente (Caruaíba 2017: 25). Esta reflexão nos auxilia a pensar as mudanças que o conceito de repressão sofre no decorrer do pensamento marcuseano, elemento central para nossas argumentações.

“Prefácio político” à edição de *Eros e civilização* de 1966,³ o autor revisita sua tese e compreende as mudanças no tabuleiro da ordem social. Afinal,

“*não faz mais sentido falar de mais-repressão quando homens e mulheres gozam de mais liberdade sexual do que antes. Mas é verdade que esta liberdade e satisfação está transformando a terra em um inferno. Inferno que está concentrado ainda em lugares muito distantes: Vietnam, Congo, África do Sul e nos guetos da ‘sociedade afluyente’, no Mississipi e no Alabama, no Harlem. Estes lugares infernais iluminam o todo*” (1966: XIII, grifo nosso).

Reconhecida a insuficiência diagnóstica da mais-repressão no cenário que descortina no pós-Guerra, Marcuse questiona como operar um modelo crítico diante de um campo social que efetivamente confere, ao menos materialmente, as possibilidades de maior liberdade à ordem dos desejos. Fato que sugere a seguinte questão: *a repressão continua a ser um bom critério para se avaliar o mal-estar do que Marcuse denominaria “sociedade industrial avançada”?* Questão central para o pensamento marcuseano. Afinal, diante do cenário turvo da sociedade industrial avançada, a crítica se paralisaria sem seu elemento mais explosivo: as potências negativas da sociedade. Compreender tal jogo passa a ser fundamental.

Sabemos que, para a teoria crítico-dialética é importante a reserva negativa que indica as fronteiras [*Grenze*] das dinâmicas sociais. À primeira vista, a negação imediata de uma civilização repressiva seria a utopia da civilização não-repressiva. Através desse caráter utópico, *Eros e civilização* critica o modo social que faz a energia libidinal escoar pelo trabalho e pela agressividade

3 Lembremos que a primeira edição foi publicada em 1955. Na edição de 1966, com os diagnósticos de *O homem unidimensional* (publicado em 1964), toda uma arquitetura conceitual da Teoria Crítica seria revista por Marcuse.

destruidora. É o cenário que se abre quando o mundo do trabalho faz do corpo humano uma máquina de reprodução de mercadorias, ou ainda, quando reduz todo o campo erótico à existência da sexualidade genital ou da perversão destruidora. Tem-se aqui uma descrição muito próxima à encontrada nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de Marx, quando apresenta a situação alienante do trabalhador nos seguintes termos:

“o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos, etc., e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal” (Marx 2004: 83).

É neste curto-circuito que Marcuse aproxima o marxismo da psicanálise, quando o mundo do trabalho permanece na reprodução da repressão social e na constituição de um corpo moldado ao trabalho morto. Se é bem verdade que a história da humanidade é a história da luta de classes, seu saldo é a narrativa das repressões e da barbárie que impedem a todo instante o salto emancipatório da civilização.

Sob a gramática freudiana, cuja materialidade se apresenta pela dinâmica da energia libidinal, é importante questionar pelos motivos que fazem o homem submeter-se ao universo desprazeroso do trabalho. Freud rejeita toda hipótese que faz do trabalho uma “disposição instintiva” humana, como se fosse parte da sua natureza a disposição para o trabalho. A labuta é, antes, efeito de um mecanismo central para a manutenção da cultura: a *sublimação* – conceito que compreende as várias atividades socialmente reconhecidas em seu papel, como os ofícios, as artes e mesmo as produções intelectuais e religiosas. Com efeito, no território da sublimação, o desejo não é impedido, mas desviado e, assim, altera o balanço das pulsões na economia libidinal descrita

por Freud, como “certo tipo de modificação da meta e da mudança de objeto [de desejo], em que nossos valores sociais entram em consideração” (Freud 2010: 244, colchetes nossos). Perspectiva que converge com Marcuse, pois os desvios da sublimação habitam um território de ambiguidades: o seu reconhecimento social pode estar fixado no *status quo*, mas também pode ser a abertura para um novo ciclo social. Ora, Freud não é avesso à ideia de que o reconhecimento social do trabalho habita o exercício da sublimação. Contudo, o psicanalista é cauteloso quanto a essa afirmação, na medida em que o trabalho exercido é consequência da necessidade imposta socialmente e, no caso do capitalismo, compreendido fora da esfera do desejo, ou mesmo, da livre escolha do sujeito (Freud 2010: 36, nota 8).

Decerto, não é nesse modo de sublimação que se materializa a possibilidade de uma “civilização não-mais-repressiva”. Até então, a sublimação

“opera em uma estrutura pulsional preconditionada, em que estão incluídas restrições temporais e funcionais de sexualidade, seu direcionamento para a reprodução monogâmica e a dessexualização da maior parte do corpo” (Marcuse 1966: 206).

Mas esta não é a definição final do conceito. Marcuse reconhece a ambiguidade que nele está implicada. Pois, da sublimação extraem-se modos diversos de investimento libidinal e não apenas este, descrito acima, muito próximo da cultura repressiva. Otto Fenichel, a quem *Eros e civilização* recorre constantemente, descreve um modo possível de sublimação como “torrente incontida de libido, tal qual a roda de um moinho precisa de um fluxo d’água desimpedido e canalizado” – dinâmica que efetua uma sublimação a partir da remoção de “certa repressão” (Fenichel 2005: 132). Deste ponto de vista, Marcuse extrai a

possibilidade de uma sublimação não-repressiva, cuja “dessexualização” não necessariamente implica num “enfraquecimento de *Eros*”, mas, como na energia produzida pelo desvio do moinho, reativa o corpo outrora alienado, na mesma medida em que o trabalho socialmente útil é a “satisfação transparente de uma necessidade individual” (Marcuse 1966: 210).

Compreendemos aqui o recorte crítico de Marcuse, cuja materialidade não está na defesa de um puro hedonismo dos corpos, mas na “extensão” do impulso que dilui o antagonismo efetuado pela própria repressão. Na “civilização não-mais-repressiva”, os corpos erotizados não se reduzem ao templo das sensações, mas tornam-se suportes da razão sensível, carne do sujeito de autorrealização.

Todavia, todo este roteiro crítico está sob xeque quando Marcuse abandona o conceito de mais-repressão.

Pensar a partir do negativo

Decerto, o potencial crítico da sublimação passa a ser problematizado em *O homem unidimensional*. A negação visada em *Eros e civilização* pela “sublimação não-repressiva” é bloqueada pelo seu oposto direto: a *dessublimação repressiva*. A partir de então, torna-se mais complexa a estratégia crítica da erotização dos corpos mediante a extensão dos seus impulsos. Trazidas ao chão da realidade efetiva, o caráter desviante das formas sublimes (e, conseqüentemente, produtoras de resistência significantes), passam a ser bloqueadas em nome da operacionalidade funcional que organiza a sociedade administrada. Todo o conteúdo de sublimação passaria a ser diluído pela ordem da realidade de um mundo

tecnológico que promete a realização das liberdades mais singulares.

Tal efeito pode ser encontrado inclusive no campo das artes naquele período, lugar privilegiado para pensarmos a sublimação. Uma crítica comum, por exemplo, tanto pelos defensores conservadores da cultura de massa quanto pelos artistas progressistas que, em nome da relação imediata entre arte e vida, proclamavam o “fim da arte”, lugar privilegiado para pensarmos a sublimação. Aos primeiros, a cultura de massas seria identificada como uma possibilidade dos valores da alta cultura não se restringirem mais às elites: a *Nona Sinfonia* de Beethoven estaria disponível nas rádios ao lado da canção mais popular dos romances hollywoodianos. De outra parte, movimentos como o *Living Theatre* proclamavam o fim da “forma estética” em suas *performances*, valendo a relação imediata que derruba a parede entre a arte e seus observadores. Marcuse seria crítico aos dois movimentos, encontrando neles uma postura compartilhada: ambos reforçam a dinâmica da “dessublimação repressiva”.

Segundo o filósofo, o que aparentemente seria o resultado da realização do céu na terra é efeito das operações que conservam as relações sociais estabelecidas e seus infernos mantidos em uma sociedade industrial avançada. Tal movimento caracteriza a dessublimação como repressiva pois retira a verdade dos antagonismos, nivelando tudo pela superfície da realidade efetiva, incluindo os conflitos insolúveis, que passam a ser administrados. A realidade reprime tudo o que lhe escapa, configurando tudo no mesmo plano de oposições integradas no *Establishment*. É o que a sociologia americana (Mills 1953) diagnostica quando descreve a negociação entre trabalhadores e empresários na defesa dos empregos e dos lucros; ou mesmo a apresentação de opiniões

divergentes, mas niveladas, em um programa de TV. Todo o caráter crítico dos antagonismos mais profundos acaba planificado em uma rede de opiniões integradas sob a mesma forma. E, com efeito, toda possibilidade de transformação social que, em grande medida, segue em direção da ruptura com o cotidiano social, acaba por ser “planificada” pelas estruturas da realidade. A crítica perde seu potencial disruptivo e passa a se vincular às normatividades tratadas como verdadeiros *a priori* sociais.

Mesmo no campo subjetivo, a dessublimação repressiva resulta da ordem em que figuras centrais de nossos conflitos modernos passam a ser observados pela psicologia oficial que “cuida dos Dons Juans, Romeus, Hamlets, Faustos assim como cuida dos Édipos – ele os cura” (Marcuse 2015: 96). Todas as figuras da subjetividade moderna, ou melhor, da hegeliana “consciência infeliz” que se forma pela negação diante da realidade efetiva, passam a ser integradas pela dessublimação. Identificada à realidade do mundo, a experiência crítica se vê paralisada. Diante da paralisia da crítica, Marcuse desenvolve o exercício para pensar alternativas capazes de conferir um salto qualitativo, uma ruptura perante o *Establishment* e, nisso, recuperar a dinâmica própria ao pensamento crítico.

Nesse sentido, há uma nova ordem de liberdade em *O homem unidimensional*. Lembremos que os argumentos de *Eros e civilização* encaminham o autor “para além do princípio de realidade”, encontrando nessa expansão um princípio de prazer revisitado. Na ocasião, o princípio de realidade – fundamental na arquitetura freudiana para a constituição do eu – é praticamente identificado com as instituições sociais dominantes (Marcuse 1966: 15 e 89). A negação desta ordem social passa a ser, segundo o teórico crítico, a luta existencial contra tudo aquilo que coage o

livre jogo das faculdades humanas, contra a instrumentalização, as doenças e a morte. Mais ainda, é a possibilidade de transformar o trabalho e jogo. Alternativa que emerge da própria constituição que faz do princípio de prazer algo a ser recuperado, uma vez reconhecido seu caráter de oposição ao princípio de realidade. Portanto, a resposta de *Eros e civilização* seria a abertura operada pela “dimensão estética”, que conserva nos seus domínios certa “ordem da satisfação” materializada pela nova sensibilidade, que recupera o princípio de prazer, outrora exilado pela organização da realidade que configura o sujeito no seu desempenho. Mediante uma nova sensibilidade, está a promessa de uma nova ordem social, amadurecida em suas instituições e sublimações não-repressivas (Marcuse 1966: 13).

Contrariamente, *O homem unidimensional* contém uma tendência inversa em que o princípio de prazer “absorve” o princípio de realidade; a sexualidade passa a ser “liberada (ou, antes, liberalizada) sob formas socialmente construtivas” (Marcuse 2015: 97). Seria, pois, a esta conexão entre sexualidade e produção social que Marcuse passa a atentar. É bem verdade que desde *Eros e civilização* tal tendência já seria observada (1966: 217-218). No entanto, até então, Marcuse vincularia muito dos seus estudos às formas totalitárias da vida. Algo que varia com o diagnóstico da sociedade industrial avançada, quando não se trata de um mero retorno ao Terror e à barbárie. Mais do que isso, configura-se uma ordem em que a economia libidinal, tanto liberada quanto contraída, acaba por servir à realidade dominante (Marcuse 2011: 120).

Há aqui uma mudança da ordem do negativo fundamental a ser refletida pela teoria crítica. Exercício mais do que necessário para ir além do diagnóstico marcuseano de “paralisia da crítica”

medusada pela oposição integrada. É a partir de tal constatação que Marcuse apresenta o seguinte impasse:

“a sociedade industrial avançada confronta a crítica com uma situação que parece privá-la de sua própria base. O progresso técnico, estendido a um sistema total de dominação e coordenação, cria formas de vida (e de poder) que parecem reconciliar as forças que se opõem ao sistema e derrotar ou refutar todo protesto em nome das perspectivas históricas de libertação do trabalho árduo e da dominação (...). Não há um terreno sobre o qual teoria e prática, pensamento e ação se encontrem. Mesmo a análise mais empírica das alternativas históricas parece ser especulação irrealista e o compromisso com elas, uma questão de preferência pessoal (ou de grupo)” (2015: 33-34).

Aqui, o autor remete ao quadro de oposições que exige rever todo o plano de contradições apresentado em *Eros e civilização*. Para compreendermos tal movimento, façamos um exercício dialético a partir do campo negativo presente nessa discussão. Pois a *dessublimação repressiva* se mostra como o justo avesso da *sublimação não-repressiva*.

Ora, reparemos o deslocamento da negação presente entre estes dois termos e o jogo de oposições que neles opera. Como vimos, *Eros e civilização* determinava a oposição ao domínio da mais-repressão na sublimação não-repressiva: a erotização do corpo que deixa de ser alienado na mesma medida em que opera o jogo livre de suas faculdades – uma “regressão ao sujeito do princípio de prazer” que recupera a promessa de felicidade perdida pelo desenvolvimento da civilização e seu princípio de realidade. Em termos lógico-dialéticos, é possível dizer que a sublimação não-repressiva representa a *oposição real* da sublimação repressiva, presente na ordem do trabalho alienado.⁴ Com isso, afirmamos que

4 Retiramos esta definição do “Ensaio para introduzir a noção de grandezas negativas em filosofia” de Kant, quando o autor trata das variações das

entre os dois modos de sublimação subsiste uma “oposição de dois predicados na mesma coisa” (Kant 2005: 59). Assim, o problema não estaria na sublimação em si mesma, mas naquilo que ela está negando. Entre o ímpeto repressivo e o não-repressivo, o que está em jogo é a possibilidade contida na sublimação em efetuar as aspirações tabus alcançadas pela sociedade industrial avançada. Portanto, as formas sublimadas representam duas forças positivas em si mesmas, mas opostas na relação entre si. De modo que, para o modelo de oposição real sempre sobra algo. No caso marcuseano: a promessa de felicidade anulada diante da tendência mais-repressiva da civilização.

Entretanto, no caso da “dessublimação repressiva” há um deslocamento sutil na ordem das negatividades. Como se aquilo que fora negado na sublimação *não*-repressiva se deslocasse para a *dessublimação* repressiva. Movimentação que altera todo o quadro das aspirações utópicas de Marcuse. Pois a dessublimação não é a negação do que é repressivo, mas do que é sublimado. Com efeito, desloca-se o potencial crítico do que seria possivelmente instituído pela sublimação. Em termos lógico-dialéticos, diante da sublimação repressiva, a dessublimação repressiva apresenta uma *oposição lógica* (e não *real*), em que “de uma única e mesma coisa, afirma-se e nega-se ao mesmo tempo” (Kant 2005: 57). Isso significa que a dessublimação se opõe à sublimação constituída ainda que sob o jugo da repressão. Em ambos os casos, negam-se os desejos seja por desviar seus caminhos em outras formas (como na sublimação),

oposições “real” e “lógica”, cada qual com estatutos variados de negação. Desdobrar estes elementos havia sido central para a dialética hegeliana e seu sentido de superação [*aufheben*]. No caso de Marcuse, exploraremos esta diferença para compreender o estatuto de negatividade própria à dessublimação repressiva. Longe de um exercício lógico, trata-se de como operar um juízo crítico diante da oposição integrada e o modelo de negação que esta comporta (Kant 2005).

seja por adaptá-los aos mecanismos possíveis de liberação (como na dessublimação), controlada sob dispositivos próprios ao *status quo*, sobretudo as mercadorias.⁵ No limite, da oposição lógica entre a dessublimação e a sublimação repressiva resulta um “absolutamente nada”, que Marcuse interpreta pela nulidade plena das oposições integradas. Nesse sentido, diferentemente do “algo” que sobra pela oposição real entre as sublimações repressiva e não-repressiva (na verdade, o caráter concreto da utopia), no circuito dessublimado em que as oposições passam a ser integradas, nada mais resta senão a representação do mesmo: as ruínas de uma sociedade unidimensional.

Para aprofundar o escopo desta rede dialética de negatividades preparadas em *O homem unidimensional*, é esclarecedor questionar por que Marcuse não pensa uma “dessublimação não repressiva” como contraponto à “dessublimação repressiva”. Na verdade, chega a ser curioso que nosso autor jamais tenha utilizado aquela expressão. Por quê?

Em primeiro lugar, lembramos que a estratégia crítica utilizada em *Eros e civilização* não funciona com a negatividade operada na sociedade industrial avançada. Em *O homem unidimensional*, as oposições passam a ser integradas pela aparente equivalência entre os dois polos da relação. Assim, em nada adianta o exercício crítico de opor a dessublimação repressiva àquela não repressiva. Deslocar novamente o campo das oposições ao caráter repressivo ou não-repressivo da dessublimação de nada adianta, quando o polo efetivo de oposições se localiza na sublimação

5 Como nos casos recorrentes das propagandas, em que a liberdade possível se efetiva no consumo de determinada mercadoria, mediante a qual o consumidor adquire a ilusão de *status* econômico e político. Realiza-se, pois, a liberdade, mas em um terreno empobrecido e submetido à troca de mercadorias.

negada pela dessublimação. No território utópico-concreto que Marcuse tem em seu horizonte reside a sublimação não-repressiva, o inteiro avesso da dessublimação repressiva: a possibilidade de desvio pleno de transformação ainda contida nas estruturas repressivas do *Establishment*.

Além disso, a própria economia libidinal que envolve a dessublimação consolida o que há de repressivo nela. Decerto, com a energia libidinal dessublimada deixam de existir as barreiras entre o mundo exterior e as pulsões. Por exemplo, ao tornar o ambiente de trabalho mais informal e *sexy*, toda a mediação que afasta prazer e labuta – a sublimação que interpela os dois mundos – agora passa a ser destituída de seu potencial libertador. Mesmo o espaço das práticas amorosas se restringe ao interior dos pequenos circuitos, atravessados pelas máquinas. Lembra Marcuse: a dessublimação aparece no contraste entre a relação amorosa praticada nos automóveis e a sublimação que se tem no amor feito na relva. Neste último caso, todo o movimento seria de uma expansão da energia libidinal da sexualidade para o erotismo que a natureza convida. No caso do automóvel, todo erotismo seria reduzido à velocidade do sexo, adaptado ao espaço restrito e privado que a máquina propicia (Marcuse 2015: 99-100). Claro, não se pode dizer que o amor em um automóvel seja uma “sublimação repressiva”. Basta ter um carro, popular que seja, para dessublimar o desejo amoroso. Aliás, o problema não está na máquina em si, mas nos desejos arranjados em seus diversos aparatos: propagandas, indústrias, mercados, pornografia, etc. Nesses casos, a questão para Marcuse é a ausência de mediação anulada na forma-mercadoria e seus aparatos técnicos. Pois, com a reprodutibilidade técnica da dessublimação, todo o processo de deslocamentos dos conflitos resultantes na sublimação, movimento que possibilita o indivíduo

transformar o mundo na medida em que se distancia dele, deixa de ser fundamental. Organizado pelo véu tecnológico capaz de alcançar todas as relações, o mundo dessublimado não é mais essencialmente hostil aos desejos dos indivíduos. Pelo contrário, o mundo seria a garantia para a satisfação de tais carências. O mundo que segue a dessublimação, portanto, confere o lugar a uma institucionalização de suas práticas.

Portanto, movimento de expansão das liberdades, mas com forte restrição da energia libidinal. Conforme Marcuse,

“Visto que a maior liberdade envolve antes uma contração do que uma extensão e um desenvolvimento das necessidades pulsionais, ela opera mais *a favor* do que *contra* o *status quo* da repressão geral – poder-se-ia falar em uma ‘dessublimação institucionalizada’” (2015: 99).

Eis o motivo de considerar a dessublimação apenas como repressiva. Uma ordem de poder apoiado em um regime de liberdades expandidas por forças que escapam ao centro social, em que as sexualidades se multiplicam nas mais variadas formas, porém sob a forma de sua fragmentação articulada e instituída nos mais diversos aparatos: nos *clubs* S&M da elite, no quarto dos pais e na vigília sobre a criança, no *design sexy* de um escritório e de seu pessoal, na psicanalização institucionalizada dos conflitos, em uma nova arte cuja mediação das formas é substituída pela performance imediata dos impulsos. Liberações restritas ou restrições liberadas, a sociedade unidimensional retratada por Marcuse se apresenta na sua tendência de incorporar os opostos e replicar-se através deles. Realiza-se assim a “anti-utopia” em que as várias formas do erótico se reduzem ao circuito múltiplo das sexualidades dessublimadas.

Conclusão: repressão e biopolítica

Nesse ponto, a institucionalização da dessublimação repressiva apresenta uma novidade sobre o plano do poder sobre a vida. Marcuse não é mais marcado pela perspectiva da “mais-repressão” como o adversário substantivado de um poder condicionado a dizer “não”. Em uma nova gramática do poder, os dispositivos e discursos da dessublimação repressiva operam na ambiguidade da livre-sociedade. Assim, o autor nota a nova forma em que as relações se dão: uma “força centrífuga” que se multiplica nas diversas frentes que o poder alcança. É bem verdade que Marcuse ainda continua no registro do “repressivo”, *gestus* que se repete em muitas de suas análises futuras, mesmo aquelas mais otimistas configuradas pelas novas frentes de oposição que explodem no coração das sociedades industriais avançadas em Maio de 1968 (Marcuse 1965). Mas, como insistimos, a crítica marcuseana não visa mais o foco de repressão a ser derrubado, e sim passa a considerá-lo como uma tendência social que se efetiva na realidade dessublimada.

Em outras palavras, insistimos que *Eros e civilização* tem uma perspectiva mais totalitária dos impedimentos que coagem a civilização não-repressiva. A forma de exposição mesma de seu livro exige uma ruptura dialética entre dois planos: o princípio de realidade e o que lhe vai além. Algo bem diverso opera em *O homem unidimensional*. Pois aqui o poder assume tendências, linhas que se multiplicam e dinamizam em variações nos diversos campos sociais. Como bem lembra Douglas Kellner, nesta obra, Marcuse diagnostica tendências sem com isso retratar totalizações: basta perceber que o filósofo raramente, se alguma vez o fez, utiliza o termo “unidimensionalidade”. De outro modo, Marcuse fala-nos de um homem, bem como uma sociedade ou um pensamento,

unidimensionais, “aplicando o termo como um adjetivo que descreve [as] condições deficientes que ele critica e contrasta com um estado de coisas alternativo” (Kellner 2015: 21).

Podemos dizer que o mesmo se passa com a ideia de “repressivo”: diferente das denotações totalizantes da “mais-repressão”, Marcuse ressalta com o “repressivo” a possibilidade de diagnosticar tendências no interior de um todo social. Bem diversamente de uma perspectiva totalizante, pensar a sociedade como um todo – tarefa importante para a teoria crítica – significa atravessar suas mediações, suas estruturas de relações, as particularidades engendradas cuja constelação fornece um retrato de um todo dialético. Deixar de lado a “mais-repressão” e operar pelo “repressivo” significa em larga medida recuperar esta metodologia dialética que opera nas frestas de um todo social. Não se trata, pois, de exercer o juízo diante de uma substância livre das amarras do poder, mas entender como o caráter repressivo se alastra nas dinâmicas sociais, reproduzindo-se no jogo político, nos artificios estéticos ou mesmo no pensamento filosófico. Com isso, Marcuse procura efetuar um retrato do todo sem perder a complexidade que este fornece em suas particularidades (Kellner 2015: 22).

Acostumados por certa crítica hegemônica da biopolítica – que lança suspeitas corretas sobre a hipótese repressiva – deixamos de lado certo potencial reflexivo fornecido pela ordem de relações repressivas. Todavia, a perspectiva histórico-materialista que Marcuse lança sobre o campo psicanalítico entreabre possibilidades para se repensar a repressão que ainda existe e alimenta instituições. Decerto, avançamos muito com a perspectiva foucaultiana, mas esquecemos muitas vezes das profundezas do *iceberg* repressivo que circula as relações de poder.

É real o perigo de paralisar a crítica social na gramática repressiva do poder, uma vez que repõe o interdito sem perceber as linhas de fuga produzidas pelos próprios agentes e suas contracondutas. Interessa a Foucault, não o modelo crítico que desvenda o que é o poder em sua substância, mas em suas malhas, mecanismos, efeitos, “os dispositivos de poder que se exercem a níveis diferentes da sociedade, em domínios e com extensões tão variados [...]” (Foucault 2005: 174). No entanto, devemos ficar atentos às faces do exercício do poder, evitando o risco de absolutizar as redes de poder, incorrendo naquilo que Habermas denomina “contradição performativa” em Foucault, pelo qual “[t]odo contrapoder move-se no horizonte de poder combatido por ele e transforma-se, tão logo saia vitorioso, em um complexo de poder que provoca um outro contrapoder” (Habermas 2000: 393). No interior da engrenagem das relações de poder, Habermas questiona a possibilidade de diferenciar os sentidos da contraconduta, fazendo da crítica uma mera performance sem bases normativas. Contradição performativa que, possivelmente, é efeito dos deslocamentos produzidos na genealogia do poder, a qual na tentativa de evitar a compreensão de um poder substancial que reprime, acaba tornando secundária uma analítica dos diferentes níveis da sociedade, dentre os quais, por exemplo, a base repressiva do *iceberg* prisional. No entanto, não será o corte normativo que trará mais luz ao problema. É preciso notar os mecanismos, insiste a genealogia foucaultiana.

Daí uma contribuição importante de Marcuse, que procuramos traçar neste artigo. Pois, como dissemos, a possibilidade emancipatória marcuseana procura compreender nas “necessidades” historicamente constituídas, os bloqueios dos mecanismos repressivos, bem como os curtos-circuitos utópicos.

Insistimos: uma leitura que possibilita a entrada do pensamento marcuseano no discurso político contemporâneo deve compreender que sua teoria crítica absorve os diagnósticos sociológico e psicológico do que denomina “ordem unidimensional”. O que se evidencia na análise marcuseana sobre as revoltas dos movimentos sociais de seu tempo. Marcados pela obsolescência da revolta⁶ em um jogo de poder que embaralha os campos de liberdade e dominação, conforme vimos pelo conceito de dessublimação repressiva, ainda é potente a contestação que apresenta o contexto repressivo da sociedade.

Se algo resta de repressivo na sociedade? Tudo e nada. Pois o repressivo não está em um núcleo patológico da racionalidade à espera de seu diagnóstico, mas na possibilidade de atravessar todas as redes de poder, o que torna o exercício da teoria crítica ainda mais desafiador. Marcuse sabe que se deve reconhecer a base gélida das estruturas sociais repressivas. No *iceberg* biopolítico, lembra Foucault, há uma base repressiva nas instituições e subjetividades. Perspectiva que Marcuse absorve conforme avança em sua análise da sociedade unidimensional, quando reconhece que o que se mantém como repressivo não é uma substância a ser denunciada. A repressão se evidencia como resíduo histórico que se perpetua pelos mecanismos sociais. No contexto unidimensional, Marcuse reconhece que o repressivo se mantém como parte das formas controladas de liberdade. Nesta ambiguidade tão própria das formas de poder sobre a vida, Marcuse concordaria com Foucault

6 É interessante notar como Marcuse frequentemente utiliza o termo da obsolescência para considerar as potências críticas. Por exemplo, ver os seus ensaios “Obsolescência da psicanálise” (1967), “Obsolescência do socialismo” (1965) e “Obsolescência do marxismo” (1967). Este não é um traço do “pessimismo” marcuseano. Pelo contrário, como lembra Andrew Feenberg, “o conceito de Marcuse da ‘obsolescência’ situa historicamente sua crítica” (Feenberg 2011: 215). Ver Carneiro (2016a: 582-597).

quanto ao limite da crítica à repressão como algo fora de seu contexto. Mas, contrariamente a Foucault, a perspectiva marcuseana procura observar o fundo gélido e repressivo do *iceberg* social. Há aqui uma contribuição importante para uma teoria crítica da biopolítica. Ao evidenciar aspectos repressivos da biopolítica, o pensamento marcuseano encontra a dinâmica pulsional que reserva consigo os impulsos para a sublimação não-repressiva: os discursos para a transformação social, os sonhos das poesias utópicas, os teoremas do cientista que faz do seu conhecimento uma extensão erótica dos corpos humanos e não a sua explosão no detonar de uma bomba atômica. Evidencia aqui a jornada difusa dos desejos, caminhos sinuosos contra os quais mecanismos repressivos atuam em vão.

Bibliografia:

CARNAÚBA, M. E. C. *Teoria crítica e utopia*. Tese (Doutorado em Filosofia). Campinas: IFCH/Unicamp, 2017.

_____. “Marcuse e a psicanálise: Mais-repressão e princípio de desempenho”. *Revista.doc X* (7), 2009.

CARNEIRO, S. R. G. “Performance principle e Performance art: Herbert Marcuse e a normatividade do sensível”. In: I. Kangussu e C. Vieira (orgs.). *CD-Rom do Congresso internacional “Fantasia & Crítica”*. Belo Horizonte: ABRE, 2012.

_____. *Poder sobre a vida: Herbert Marcuse e a biopolítica*. Tese (Doutorado em Filosofia). São Paulo: FFLCH/USP, 2014.

_____. “Marcuse: A critic in counterrevolutionary times”. *New Political Science* 38 (4), 2016a (acessado em 28/02/2018). DOI: 10.1080/07393148.2016.1228585.

_____. “Towards an epistemology of social noise”. *Revista POLIS* vol. IV 4(14), p. 11-24, 2016b.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F.. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia* – I. Trad. L. B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 2010.

FEENBERG, A. “Commentaries – I”. In: H. Marcuse. *Philosophy, Psychoanalysis and Emancipation: Collected Papers of Herbert Marcuse* – vol. 5 (org. Douglas Kellner et al.). London, New York: Routledge, 2011.

FENICHEL, O. *Teoria psicanalítica das neuroses: fundamentos e bases da doutrina psicanalítica*. Trad. S. P. Reis. São Paulo: Atheneu, 2005.

FREUD, S. “Novas conferências introdutórias à psicanálise” e “O mal-estar na civilização”. In: *Obras completas de Sigmund Freud* – 1930-1936 (vol. 18). Trad. P. C. Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade* – A vontade de saber, vol. 1. Trad. M. T. C. Albuquerque, J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. “Inquirição sobre as prisões: quebrems as barreiras do silêncio”. In: *Ditos e escritos: Estratégia, poder-saber*, vol. IV (org. M. Motta). Trad. V. L. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. *Nascimento da biopolítica* – Curso dado no Collège de France (1978-1979). Trad. E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. “Genealogia e poder”. In: *Microfísica do poder* (org. e trad. R. Machado). Rio de Janeiro: Edições Graal, 167-178.

HABERMAS, J. *Discurso filosófico da modernidade: Doze lições*. Trad. L. S. Repa, R. Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KANT, I. “Ensaio para introduzir a noção de grandezas negativas em filosofia”. In: *Escritos pré-críticos*. Trad. J. Barboza et al. São Paulo: Ed. UNESP, 2005, p. 51-100.

KELLNER, D. “Introdução à segunda edição”. In: H. Marcuse. *O homem unidimensional: Estudos da ideologia da sociedade*

industrial avançada. Trad. R. Oliveira et al. São Paulo: EDIPRO, 2015.

LAPLANCHE, J. “Notes sur Marcuse et la psychanalyse”. *La Nef* 36, p. 111-138, 1969.

MARCUSE, H. “Repressive Tolerance”. In: *Critique of Pure Tolerance* (org. R. P. Wolf et al.). Boston: The Beacon Press, 1965.

_____. *Eros and Civilization: A Philosophical Inquiry into Freud*. Boston: The Beacon Press, 1966.

_____. “Art as a Form of Reality”. In: H. Marcuse. *Art and Liberation*, Collected Papers of Herbert Marcuse, vol. 4 (org. D. Kellner et al.). London, New York: Routledge, 2007.

_____. *Philosophy, Psychoanalysis and Emancipation*, Collected Papers of Herbert Marcuse, vol. 5 (org. D. Kellner et al.). London, New York: Routledge, 2011.

_____. *O homem unidimensional: Estudos da ideologia da sociedade industrial avançada*. Trad. R. Oliveira et al. São Paulo: EDIPRO, 2015.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. J. Ranieri, São Paulo: Boitempo, 2004.

MILLS, C. W. *White Collar: The American Middle Classes*. New York: Oxford University Press, 1953.

PRADO JR., B. “Entre o alvo e o objeto de desejo: Marcuse, crítico de Freud”. In: *Filosofia e psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1990.